

**DECRETO Nº 091 DE 20 DE MARÇO DE 2020.**

**“Altera o decreto nº 090 de 18 de março de 2020”**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE INHUMAS**, Estado de Goiás, **JOAO ANTONIO FERREIRA**, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 66, VI, da Lei Orgânica Municipal e ainda;

**CONSIDERANDO** que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República Federativa do Brasil;

**CONSIDERANDO** a classificação pela Organização Mundial de Saúde - OMS, como pandemia do Novo Coronavírus;

**CONSIDERANDO** o Decreto Estadual nº 9.633 de 13 de março de 2020 e suas alterações posteriores, o qual dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV);

**CONSIDERANDO** o registro de casos no Estado de Goiás e a expectativa da Secretaria Estadual de Saúde quanto ao aumento significativo do número de casos;

**CONSIDERANDO** que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 15, XIII da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 24, IV da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

**CONSIDERANDO** o disposto na Notificação Recomendatória nº. 02/2020, da Auditoria Fiscal do Trabalho do Ministério da Economia;

Declaramos para os devidos fins que o decreto n. 091/2020 foi devidamente publicado no placard oficial no período de 20/03/2020 a 20/04/2020.

  
FERNANDA NETO VALIN

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento

MAT: 67324

CPF: 711.677.301-00

**CONSIDERANDO** os comunicados da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Goiás, da Federação do Comércio de Goiás e da Federação das Indústrias do Estado de Goiás;

**CONSIDERANDO** a necessidade de ações concretas objetivando preservar a saúde pública no Município de Inhumas;

**DECRETA:**

**Art. 1** – A adoção das medidas previstas neste decreto a partir de 23 de março de 2020, para o cumprimento ao Decreto Estadual nº 9.633/2020 e suas alterações (Decreto nº 9.637/2020).

~~**Art. 2º** – Além das disposições contidas no Decreto nº 090/2020 do Município de Inhumas, para enfrentamento da emergência de saúde decorrente do Coronavírus, ficam suspensos até o dia 06 de abril de 2020:~~

**Art. 2º** - Além das disposições contidas no Decreto nº 090/2020 do Município de Inhumas, para enfrentamento da emergência de saúde decorrente do Coronavírus, ficam suspensos até o dia 22 de abril de 2020.

**Alterado pelo Decreto nº 106 de 2020.**

**I.** Todas as atividades em clubes, academias, bares, restaurantes, boates, lanchonetes, salões de beleza, clínicas estéticas;

**II.** Todas as atividades de estabelecimentos situados em galerias ou pátios comerciais e todo o comércio local independente de seu porte;

**III.** Atividades de saúde bucal/odontológica, pública e privada, exceto aquelas relacionadas ao atendimento de urgência e emergência;

**IV.** Cultos religiosos, reuniões e encontros que causem aglomerações de pessoas;

**V.** Atividades industriais que não integrem cadeia produtiva do setor de alimentos e saúde humana e animal.

~~**Parágrafo Primeiro** – No caso do inciso V, as indústrias que direta ou indiretamente estiverem ligadas à cadeia produtiva nos ramos de alimentação e saúde, poderão justificar a necessidade de manutenção de suas atividades em até o dia 25 de março de 2020, fazendo através de justificativa enviada à Vigilância Sanitária Municipal através do e-mail: [inhumas.visa2017@hotmail.com](mailto:inhumas.visa2017@hotmail.com).~~

**Paragrafo Primeiro** - No caso do inciso V, as indústrias que direta ou indiretamente estiverem ligadas à cadeia produtiva nos ramos de alimentação e saúde, poderão justificar a necessidade de manutenção de suas atividades, através de justificativa enviada à Vigilância Sanitária Municipal através do e-mail: [inhumas.visa2017@hotmail.com](mailto:inhumas.visa2017@hotmail.com), ou pelo telefone (62) 3514-2853.

**Alterado pelo Decreto nº 106 de 2020.**

**Parágrafo segundo** - Excetua-se às restrições deste artigo o atendimento mediante serviço de entrega, podendo os estabelecimentos realizarem serviços delivery, desde que observadas as recomendações de higiene e prevenção à contaminação pelo Coronavírus.

**Art. 3º** - Não se incluem na suspensão prevista no artigo anterior, desde que adotadas as condições de higiene e evitando-se aglomerações:

**I** - Estabelecimentos de saúde relacionados a atendimento de urgência e emergência, unidades de psicologia e psiquiatria, unidades de hematologia e hemoterapia, unidades de oncologia, neurocirurgia, cardiologia e neurologia intervencionista, pré-natal, unidade de terapia renal substitutiva, farmácias, clínicas de vacinação, além de laboratórios de análises clínicas;

**II** - Materiais de construção;

**III** - Produtos agropecuários;

**IV** - Pet shops (clínicas veterinárias e os comércios de insumos e rações);

**V** - Supermercados e congêneres (todos os estabelecimentos de venda de gêneros alimentícios não consumidos no local, tipo mercearia, padaria, açougue, verdurão);

**VI** - Agências bancárias e lotéricas, conforme legislação federal;

**VII** - Produtores e/ou fornecedores de bens ou de serviços essenciais à saúde, à higiene e à alimentação;

**VIII** - Estabelecimentos industriais de fornecimento de insumos/ produtos e prestação de serviços essenciais à manutenção da saúde ou da vida humana e animal;

**IX** - Cemitérios e funerárias;

  
**FERNANDA NETO VALIN**

*Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento*

**MAT: 67324**

**CPF: 711.677.301-00**

**X** - Obras da construção civil relacionadas a energia elétrica, saneamento básico, obras hospitalares e de penitenciárias e os estabelecimentos comerciais que lhes forneçam os respectivos insumos;

**XI** - Serviços de call center restritos à área de segurança, alimentação, saúde, telecomunicações e de utilidade pública;

**XII** - Empresas que atuam como veículo de comunicação;

**XIII** - Segurança privada;

**XIX** - Empresas prestadores de serviço do sistema de transporte coletivo e privado, incluindo as empresas de aplicativos e transportadoras;

**XX** - Empresas de saneamento, energia elétrica e telecomunicações.

**XXI** - Postos de combustíveis, distribuidoras de gás e água mineral.

**Parágrafo primeiro** - As distribuidoras de bebidas poderão realizar vendas, porem as mesmas não poderão ser consumidas no local, não podendo haver aglomeração de pessoas no estabelecimento.

**Parágrafo segundo** - os bancos e lotéricas devem:

- a) Limitar o número de pessoas nos locais de espera;
- b) Organizarem filas para atendimento com distância mínima de 2 metros entre as pessoas, ou promover a distribuição de senhas, evitando-se filas, com a espera fora do estabelecimento, ou ainda, criar mecanismo de agendamento para o atendimento, sempre contemplando as prioridades definidas em lei;
- c) Promover constante limpeza do ambiente;
- d) Disponibilizar produtos para higienização das mãos aos seus usuários e funcionários;

**Parágrafo terceiro** - as casas de velório e funerária devem:

- a) Limitar a frequência e presença nos velórios aos parentes em linha reta e aos colaterais e por afinidade até o terceiro grau, evitando-se aglomerações;
- b) Promover constante limpeza do ambiente;

c) Disponibilizar produtos para higienização das mãos aos seus usuários e funcionários;

**Parágrafo quarto** – os funcionários dos estabelecimentos com atividade permitida que possuam idade superior a 60 anos e as gestantes devem ser dispensados do trabalho, assim como, pessoas que possuam comorbidades como, diabetes, problemas respiratórios, doenças cardíacas e doenças que causem imunodeficiência.

**Parágrafo quinto** – os supermercados e farmácias devem:

- e) Limitar o número de pessoas nos locais de espera;
- f) Organizarem filas para atendimento com distância mínima de 2 metros entre as pessoas, ou promover a distribuição de senhas, evitando-se filas, com a espera fora do estabelecimento, ou ainda, criar mecanismo de agendamento para o atendimento, sempre contemplando as prioridades definidas em lei;
- g) Promover constante limpeza do ambiente;
- h) Disponibilizar produtos para higienização das mãos aos seus usuários e funcionários;
- i) Limitar a entrada de apenas um cliente por núcleo familiar/residência, impedindo a frequência de famílias, inclusive crianças;
- j) Colocar e manter limpo, com assepsia adequada ao combate do novo Coronavírus, anteparo físico entre os caixas e clientes;
- k) Limpar os objetos de uso comum dos clientes, especialmente os carrinhos de compras;
- l) Limitar a quantidade de produtos por cliente, a fim de evitar o desabastecimento, em especial dos produtos essenciais

**Acrescido pelo Decreto nº 120 de 2020.**

**Parágrafo sexto** – os parques e demais logradouros públicos está:

- d) Proibida a aglomeração de pessoas em atividades ao ar livre, sendo permitida que apenas aqueles do mesmo núcleo familiar/residência permaneçam juntos;
- e) Interditado os equipamentos de uso coletivo, em especial os equipamentos de ginástica ao ar livre;

**Acrescido pelo Decreto nº 120 de 2020.**

Declaramos para os devidos fins que o decreto n. 091/2020 foi devidamente publicado no placard oficial no período de 20/03/2020 a 20/04/2020.

  
FERNANDA NETO VALIN

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento

MAT: 67324

CPF: 711.677.301-00

**Art. 4º** - Não será permitida a realização de qualquer atividade esportiva em quadras, campos de futebol, campos de várzea no Município de Inhumas.

**Art. 5º** - A partir do dia 07 de abril de 2020, até do dia 22 de abril de 2020, fica estabelecido em todos os órgãos da administração pública direta e indireta do município de Inhumas o trabalho interno, não sendo realizado o atendimento presencial ao público.

**Alterado pelo Decreto nº 106 de 2020.**

**I** – Servidores e terceirizados poderão trabalhar remotamente, cabendo ao Chefe Superior ou Secretário de cada órgão avaliar quais servidores e em quais circunstâncias poderá ser adotado o teletrabalho ou home office.

**II** - Os servidores e os terceirizados com idade superior a 60 anos, e os que possuam comorbidades, comprovadas por documento idôneo, como, diabetes, problemas respiratórios, doenças cardíacas e doenças que causem imunodeficiência estão dispensados de exercer suas funções nos órgãos, podendo realizar o trabalho de sua residência.

**III** - Os servidores com idades entre 60 anos que atuam no combate ao COVID-19 ou no sistema de saúde municipal poderão continuar a exercer suas atividades se assim desejarem, exceto os que possuírem comorbidades.

**IV** - Não se aplica a disposição no caput desse artigo aos órgãos ou as entidades públicas que por sua natureza ou interesse público desenvolvam atividades indispensáveis como as unidades de saúde, arrecadação, fiscalização, serviço público e limpeza pública.

**V** – O atendimento no protocolo da prefeitura, sempre que possível, será realizado via e-mail, a ser fornecido através dos telefones: (62) 98158-8586 ou (62) 99212-7229;

**VI** - O atendimento na Coletoria será realizado pelo e-mail: [coletoriadeinhumas@hotmail.com](mailto:coletoriadeinhumas@hotmail.com) e pelos telefones (62) 99232-1110 e (62) 99245-9021;

**VII** - O atendimento no departamento de Licitações e Contratos será realizado pelo telefone: (62) 99145-0756.

**VIII** – Será considerado falta justificada ao serviço público o período de ausência decorrente de isolamento e/ou quarentena, na forma da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

**Acrescido pelo Decreto nº 095 de 2020.**

Declaramos para os devidos fins que o decreto n. 091/2020 foi devidamente publicado no placard oficial no período de 20/03/2020 a 20/04/2020.

  
**FERNANDA NETO VALIN**

*Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento*

**MAT: 67324**

**CPF: 711.677.301-00**

**Art. 6º** - A partir de 23 de abril de 2020, ficam suspensas todas as cirurgias eletivas do sistema de saúde municipal.

**Art. 7º** - Os prazos previstos neste decreto poderão ser prorrogados caso necessário.

**Art. 8º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, mantendo-se as disposições do Decreto Municipal 090/2020, naquilo que não forem conflitantes.

Dê-se Ciência, publique-se e cumpra-se.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE INHUMAS, AOS 20 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2020.**

  
**JOÃO ANTONIO FERREIRA**  
*Prefeito*